PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota Introdutória

CAMILA MARIA RISSO SALES

É enorme a importância de um projeto como o "Mulheres na Ciência Política" que busca por em evidência trajetórias de mulheres que lutaram e lutam pela consolidação não só do campo da Ciência Política no Brasil, mas deste enquanto um espaço cada vez mais diverso, plural e socialmente referenciado em que a igualdade de gênero possa estar no nosso horizonte, ainda que distante.

Trazer a público, reconhecer essas trajetórias e, além disso, tornar essa uma tarefa institucional da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) demonstra que esta compreende seu papel no campo e também perante a sociedade. Por isso, foi muito gratificante ter participado do projeto como entrevistadora.

Ter cumprido esse papel permitiu, também, ter acesso à história de uma das profissionais entrevistadas que, assim como todas as outras, atravessando dificuldades, deu sua contribuição para as Ciências Sociais e a Ciência Política brasileira.

Acredito que em cada uma das histórias evidenciadas nesse projeto nós, mulheres, poderemos nos reconhecer, mas também reconhecer que algumas de nós enfrentaram e enfrentam ainda mais dificuldades. Penso em termos geracionais e, portanto nas vicissitudes enfrentadas pelas mulheres pioneiras no campo, mas também por mulheres que desafiaram os padrões estabelecidos em termos regionais, raciais, étnicos e de sexualidade.

Por isso, entendo que estamos juntas construindo e registrando uma nova história na Ciência Política Brasileira que respeita e evidencia a pluralidade do campo. Isso me deixa orgulhosa e agradecida por fazer parte do projeto, mesmo que com uma pequena contribuição.

Auto-apresentação

ELIANE SUPERTI

Oriunda do ensino básico e médio da rede pública, fiz graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista – Unesp, *campus* de Marília (1992-1995). Entre 1996 e 1998, cursei o mestrado no programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos/SP onde, também, me doutorei (2000-2004). Desde a iniciação científica até a tese de doutoramento, tive como tema de pesquisa a construção do Estado moderno no Brasil e a presença das ideias positivistas no cenário político nacional.

Trabalhei como professora e coordenadora acadêmica em faculdades particulares e, em 2006, ingressei como professora da Universidade Federal do Amapá – Unifap. A decisão de ir para o estado do Amapá, extremo norte do Brasil, e construir minha carreira na Unifap representou mudança importante em minha trajetória profissional e de pesquisa. Apropriei-me de temáticas amazônicas e vivenciei com intensidade a gestão universitária. Fui pró-reitora de graduação (2006-2010), coordenadora de programa de pós-graduação (2012-2016) e reitora da Unifap (2014-2018).

Realizei estágio de pós-doutoramento no Núcleo de Estudos Estratégicos do programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (2011). Esse foi um momento importante para o realinhamento de minhas pesquisas que passaram a ter como tema políticas públicas nas fronteiras internacionais da Amazônia setentrional. Políticas públicas de defesa e segurança, de desenvolvimento econômico, ambientais e de proteção às comunidades tradicionais foram foco de minhas pesquisas e publicações.

Atualmente, estudo a inserção de comunidades tradicionais em cadeias produtivas globais – especificamente comunidades quilombolas na cadeia produtiva do açaí. Estou como pesquisadora visitante do *International Institute of Social Studies* da *Erasmus University Rotterdam* (2018-2019), sou professora do curso de Ciências Sociais, do programa de pós-graduação em Estudos de Fronteira e do programa de pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia da Unifap; e editora da Revista Pracs. Coordeno, no âmbito da Unifap, o projeto "Políticas públicas e processos decisórios", financiado pelo edital 21/2018 Procad/Amazônia e participo, como pesquisadora, do projeto "Açaí ação: co-construção de conhecimentos e consolidação de mercados de qualidade para os produtos da sociobiodiversidade amazônica", financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Em meu currículo, os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: Fronteiras Internacionais, Políticas Públicas, Amazônia, Comunidades Tradicionais, Meio Ambiente, Cadeias Produtivas e Governança.

Entrevista

Camila Maria Risso Sales: *Eliane, primeiro bom dia, boa tarde. Aqui é bom dia, aí boa tarde. Você poderia apresentar a sua trajetória profissional, desde a formação passando pelas filiações institucionais e o que mais você achar interessante acrescentar?*

Eliane Superti: Boa tarde. A minha formação na área de Ciências Sociais se deu na Unesp [Universidade Estadual Paulista] de Marília, interior do estado de São Paulo. Eu era oriunda do ensino público noturno e tive muita dificuldade para acessar a universidade por ter um preparo bastante rudimentar com relação às necessidades daquela época do vestibular. Fiquei três anos fazendo cursinho e consegui ingressar na Unesp, no curso diurno. Naquele momento, eu trabalhava tarde e noite em uma delegacia de polícia. A vivência na universidade fez diferença para mim, pois trabalhava em um ambiente muito opressivo na delegacia.Viver a universidade era diferente, era espaço de liberdade, de expressão, de organização dos grupos de amigos, foi muito enriquecedor. E, desde o primeiro momento da graduação, a Ciência Política já me chamou a atenção. Discutir, principalmente, a questão das instituições, do processo de organização política e da formação social brasileira me atraía – provavelmente, em função de ter um relacionamento muito próximo a policiais e presos me tornava mais sensível para as questões relacionadas ao uso da força institucionalizada pelo Estado. Isso foi muito forte durante o início da graduação. Como trabalhava e também estudava, vivenciei, praticamente, todo o meu processo de formação sem sair de Marília. Participei de um ou outro evento de iniciação científica [IC] organizado pela própria Unesp em Guaratinguetá, mas pouco viajei, pouco participei de encontros cientificos fora. Ainda na graduação, trabalhei com o historiador e professor Dr. Maximiliano Martins Vicente, que me levou a discutir a organização do estado brasileiro. Foi esse o tema da minha iniciação científica – tive bolsa de IC no segundo semestre do terceiro ano – e depois como trabalho de finalização de curso. Esse trabalho foi o que levei para o mestrado na Universidade Federal de São Carlos [UFSCar]. Quando terminei a graduação, já não tinha o emprego e estava só com a bolsa. Venho de uma família em que todos precisavam trabalhar para sobreviver, sendo assim tinha duas opções: ou voltava para o mercado de trabalho, ou conseguia passar para o mestrado com bolsa. Havia duas alternativas de instituições para fazer o mestrado em cidades onde podia contar com algum apoio de familiares: a UFSCar e a Unicamp [Universidade Estadual de Campinas]. Fiz o processo seletivo de ambas e fui aprovada na Universidade Federal de São Carlos e consegui bolsa de estudo da Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] junto ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais [PPGCS]. Como falei anteriormente, o tema que desenvolvi durante a graduação foi o que aprofundei no mestrado. A formação do Estado moderno no Brasil me parecia ter forte influência do pensamento positivista, organizado e sistematizado no Brasil por políticos e intelectuais – Miguel Lemos, Teixeira Mendes, Benjamin Constant, Quintino Bocayuva, dentre outros – influenciados pelo pensamento de Auguste Comte, tal como indicava Alfredo Bosi no texto "Arqueologia do Estado-Providência: Sobre o Enxerto de Ideias de Longa Duração", de 1992, principalmente na forma como se deu a revolução de 1930 e o governo pós-revolução. Esse foi o foco do estudo. Embora a minha formação tenha sido em Ciências Sociais tanto na graduação, quanto no mestrado, a minha pesquisa sempre esteve no contexto da discussão da Ciência Política – na época, a UFSCar não oferecia o mestrado específico em Ciência Política. É claro que, como acontece de forma geral nas Ciências Sociais, a pesquisa estava interrelacionada com a dicussão da Sociologia e da Antropologia, mas os principais referenciais eram do pensamento político brasileiro. Na pós-graduação, fui orientada por outro historiador, o professor Dr. Marco Antônio Villa. A participação em eventos,

nesse período, foi focada em encontros científicos que tivessem ênfase de organização na área. Embora, a Anpocs [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais] fosse o grande evento da pós-graduaçãao em Ciências Sociais, me interessava os mais específicos, que tratassem de maneira mais próxima do meu objeto de pesquisa. Finalizei o mestrado em 1998 e entrei como professora substituta na Universidade Federal de Mato Grosso [UFMT], assumindo uma vaga de Ciência Política. Ou seja, comecei a trabalhar efetivamente no meio universitário com a Ciência Política, especificamente com a Política Clássica. Trabalhei os autores desde Maquiavel até Karl Marx e dei aula em vários cursos. Naquele momento, vivendo em um estado onde as questões fronteiriças são latentes, me despertou o interesse sobre as políticas públicas voltadas para as fronteiras internacionais. Ao ter discutido a forma como o estado brasileiro havia se organizado, chamava a minha atenção as fragilidades de elaboração e implementação das políticas públicas no Brasil. Contudo, ao receber o convite do meu orientador de mestrado para fazer o doutorado novamente no PPGCS da UFSCar, aprofundando questões indicadas, mas não trabalhadas na dissertação de mestrado, aceitei e prestei o processo seletivo. Me desliguei da Universidade Federal do Mato Grosso e voltei, em 2000, para a Universidade Federal de São Carlos como estudante do PPGCS com bolsa de estudo do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]. No doutorado, discuti como o ideário positivista fortemente presente no Rio Grande do Sul – principalmente no discurso e atuação dos grupos políticos liderados por Júlio de Castilho, Borges de Medeiros e depois Getúlio Vargas – influenciou a formação do direito do trabalho no Brasil. Mais uma vez, a temática era da Ciência Política. Desenvolvi a tese e a defendi no final de 2004. Tive a oportunidade de publicar uma versão adaptada em livro – *Um estudo sobre as relações entre Positivismo e Direito do Trabalho no Brasil (1870-1934)*. No final do doutorado, já não tinha mais bolsa de estudos e trabalhava em faculdades particulares. Era coordenadora de uma faculdade particular em Ourinhos e, também, professora de Sociologia, metodologia e ética. Nas faculdades particulares, ter formação em Ciência Política é sinonimo de formação em Ciências Sociais – e possibilidade de atuação em todas as suas disciplinas. Havia uma disciplina muito interessante chamada "Temas Contemporâneos" e era quando eu entrava um pouco mais em temáticas da Ciência Política. Era uma disciplina sem ementa pré-definida, com espaço para discutir a contemporaneidade com base na formação do profissional que a ministrasse. No final do meu doutorado, o Brasil enfrentava uma forte crise econômica. As faculdades particulares estavam demitindo, principalmente, os doutores. Preocupada com esse cenário, mas também interessada em discutir a temática que havia ficado para trás e que continuava a me interessar, que era sobre políticas públicas em estados de fronteira, tive a oportunidade de prestar concurso novamente para a Universidade Federal do Mato Grosso e para a Universidade Federal do Amapá [Unifap]. Classifiquei-me para as duas, mas fui chamada pela Unifap. Cheguei à Unifap como a 12ª doutora de seu corpo docente – a universidade era pequena, com apenas 14 cursos de graduação e um programa de pós-graduação *stricto sensu*. O curso de Ciências Sociais possuía foco quase que totalmente na Sociologia. Nós tínhamos, durante todo o curso, apenas duas disciplinas de Ciência Política. Com a minha chegada e de dois outros professores – um de Antropologia e outro de Sociologia – demos início à reestruturação do curso, fortalecendo tanto a Antropologia, quanto a Ciência Política – enfraquecidas pela ausência de profissionais dessas áreas na universidade. Tive um papel importante nesse processo, porque trazia o olhar da Ciência Política para o contexto do curso. Em 2007, recebemos a visita *in loco* de avaliadores no Inep [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira] e o curso foi bem avaliado. Começamos a trabalhar para que disciplinas de Ciência Política pudessem ser implantados em outros cursos da universidade e para que tivéssemos linhas de pesquisa na área de Ciência Política. Com quatro outros professores de áreas diferentes, organizamos o grupo de estudo e pesquisa "Direitos Sociais, Cultura e Cidadania" [DCC] – em interface com a Sociologia e a Antropologia. Começamos, também, a fazer o trabalho de formação com cursos de extensão para professores da rede pública e estudantes da universidade

com autores e temáticas tradicionais da Ciência Política: a discussão do poder local, formação do Estado no Brasil, governo e instituições. Organizamos e assumi a editoração da Revista Pracs, Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá. Quando o curso de Ciências Sociais começou a ganhar mais fôlego em número de alunos e os outros cursos começaram a incluir disciplinas de Ciência Política no currículo, conseguimos vagas para concursos e somar colegas para ajudar a fortalecer a área na Unifap. Outra conquista importante para a estruturação da área de Ciência Política na universidade foi o projeto PET/Capes [Programa Especial de Treinamento]. Nós não tínhamos PET's na Unifap. Fiz o primeiro projeto e encaminhamos, mas ele foi desclassificado, pois, como eu já estava na condição de pró–reitora e havia seleção interna pela pró-reitora, não poderia encaminhar projeto. No ano seguinte, 2007, o professor Ed Carlos [Souza Guimarães], recém-concursado, se interessou. Nós reestruturamos o projeto e obtivemos a aprovação. A intenção era que o PET pudesse ajudar a fortalecer a discussão da Ciência Política e proporcionar aos estudantes formação aprofundada na área. A minha trajetória dentro da universidade sempre esteve muito dividida entre sala de aula, atuação científica e gestão. Como a Unifap é ainda relativamente jovem e com carência de profissionais com experiência na área da administração de instituições do ensino superior, fui chamada para participar da gestão. Eu trazia alguma experiência da iniciativa privada – cheguei em janeiro de 2006 e em junho era pró-reitora de graduação. Foi um grande desafio. Fiquei por quatro anos – 2006 a 2010 – e em 2011 saí para fazer o pós-doutorado. A intenção era me reinserir nas discussões sobre políticas públicas na fronteira amazônica e organizar linha de pesquisa que pudesse me trazer a oportunidade de participar dos mestrados na universidade de uma maneira mais estruturada na área de Ciência Política. Embora já fosse professora do programa de pós-graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas [PPGDAPP], não possuía uma linha de pesquisa que eu própria tivesse conseguido organizar. O pós-doutorado foi fundamental para isso, pois me permitiu aprofundar a discussão das políticas públicas e analisá-las no contexto das fronteiras internacionais da Amazônia. Nesse período de um ano, fui recebida pelo programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense [UFF] sob a supervisão do prof. Dr. José Amaral Argolo, em convênio com a Escola Superior de Guerra. No pós-doutoramento, consegui reorganizar minha pesquisa, reencontrar meu foco na Ciência Política. Ao analisar o fenômeno das políticas públicas em um estado amazônico, pude constatar que ele possuía especificidades que não eram possíveis abordar quando o olhávamos de maneira macro. Era preciso detalhar o processo de formulação e implementação da política, principalmente em um estado como o Amapá, que tem por característica ser, ao mesmo tempo, estratégico do ponto de vista do capital externo e das questões ambientais e periférico quanto a sua integração econômica ao mercado nacional, da organização interna das instituições e das condições de vida. As discussões do pós-doutoramento me levaram, também, a identificar a importância e os impactos das políticas ambientais e de defesa e segurança na construção da condição fronteiriça da região e nos usos do território. No retorno a Unifap, em 2012, reorganizamos o grupo de pesquisa DCC, incluímos novos pesquisadores e redefinimos os objetos de análise. O grupo se fortaleceu e tivemos a oportunidade de aprovar, na Fapeap [Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado do Amapá], o projeto "Biodiversidade nas fronteiras: dinâmicas das práticas e arranjos institucionais no Amapá e na Guiana Francesa – Frontagui" em parceira com pesquisadores franceses. Em 2013, a Capes e o Ministério da Defesa lançaram edital Pro-Defesa para seleção de propostas na área de defesa e segurança. Articulamos parceria com pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS] e conseguimos aprovar o projeto "Transfronteirizações na América do Sul: Dinâmicas Territoriais, Desenvolvimento Regional, Integração e Defesa nas Fronteiras Meridional e Setentrional do Brasil", do qual tive a oportunidade de ser coordenadora associada. Executamos, também, entre 2012 e 2014 pesquisa junto a comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares para mapeamento do patrimônio cultural quilombola no Amapá, trabalho financiado pelo Instituto Brasileiro de Ensino e Gestão. Com recursos dos projetos, parceiras com pesquisadores mais

experientes e participação dos acadêmicos do mestrado e iniciação científica, pudemos avolumar e dar mais densidade aos estudos sobre as comunidades tradicionais, fronteiras internacionais da Amazônia e as políticas públicas. Foi quando, de fato, consegui adensar a minha produção científica. Para além das reflexões sobre as políticas de defesa e segurança, foco do projeto financiado pelo Pró-defesa, produzimos leituras sobre políticas públicas ambientais e direcionadas a comunidades tradicionais. E, ainda, sobre políticas de implantação de infraestrutura de desenvolvimento econômico que impactavam de maneira bastante clara o estado do Amapá, com a construção de quatro grandes hidrelétricas e formação dos corredores de exportação; a questão da comunicação e transporte multimodal presentes no Eixo Escudo das Guianas da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana [IIRSA] e no planejamento nacional por meio do Arco-Norte nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento [Enid]. Ambos os eixos previam a integração do Amapá ao platô das Guianas via Guiana Francesa e a internacionalização das instituições de pesquisa na Amazônia da qual a Unifap era parte com a constituição do *Campus* Binacional no Oiapoque. Todos esses elementos compõem a minha trajetória de formação, e quero destacar a importância do grupo de estudos e pesquisa DCC e o trabalho conjunto com outros pesquisadores, mestrandos e estudantes de IC. Se hoje eu tivesse que destacar um momento definidor de minha área de atuação, diria que foi o *pós-doc*. A aprovação dos projetos nas agências de fomento, a reorganização do grupo de estudo e pesquisa e o adensamento da produção científica e a formação dos estudantes na graduação e pós-graduação representaram, no âmbito da Unifap, a constituição de uma massa crítica para a produção de discussão contextualizada sobre as políticas públicas no Amapá, o que contribuiu para que, em 2017, conseguissemos autorização de funcionamento do primeiro mestrado (profissional) na área de Ciência Política e Relações Internacionais da Unifap, o programa de pós-graduação em Estudos de Fronteira [PPGEF]. Contudo, os objetos de estudo até então recaiam sobre políticas que incidiam sobre o estado do Amapá, advindas, principalmente, do governo federal. A discussão que ainda sinto falta – e entendo que precisa ser feita e estou começando a trabalhar – é sobre as políticas públicas organizadas tanto pelo governo do estado, quanto pelos municípios que, embora sejam bastante incipientes, são as políticas que chegam até o cotidiano as comunidades tradicionais, por exemplo. De maneira bastante geral, essa é minha trajetória. Não fui e não sou, ainda, filiada à ABCP [Associação Brasileira de Ciência Política], participo da Associação Brasileira de Estudos da Defesa [Abed], na qual se congregam pesquisadores de múltiplas áreas com objetos de estudos relacionados à temática da defesa e segurança nacional.

CMRS: *Acho que você já passou um pouco do que seria o tema da segunda pergunta, mas talvez seja interessante, se você quiser, formular ainda sobre ela. Como você descreveria as suas principais áreas de interesse de pesquisa? Você já falou bastante disso, mas se quiser acrescentar alguma coisa sobre interesse de pesquisas, se ficou alguma coisa de fora que queira acrescentar...*

ES: Gostaria de acrescentar o que estou fazendo atualmente. Descrevi brevemente minha trajetória até aqui, mas não falei do que tenho trabalhado agora. Com as análises sobre as políticas públicas no estado do Amapá, ficou bastante claro que as políticas de maior envergadura se direcionavam para o desenvolvimento econômico, ou melhor, para a atração do grande capital para essa região, principalmente o internacional. Os arranjos produtivos locais e estratégias de incremento econômico em pequena escala são marginais aos objetivos de tais políticas. Além disso, temos uma diversidade sociocultural muito grande em toda a Amazônia – no Amapá não é diferente – que essas políticas públicas desconsideram ou a abrangem se for rentável. As comunidades tradicionais, por exemplo, são comunidades frágeis do ponto de vista da vinculação e da sua capacidade de negociação com o capital internacional, mas essas relações são estabelecidas e a cadeia global de valor do açaí é um exemplo. O açaí no Amapá é majoritariamente produzido/extraído por comunidades tradicionais e essa produção abastece empresa de capital internacional que processa e exporta açaí. Essa empresa

organiza arranjos comerciais locais com as comunidades tradicionais e atravessadores para a compra do açaí e fica bastante evidente a fragilidade das comunidades em travar uma governança que seja, no mínimo, equilibrada. Ao identificar essas relações durante a pesquisa com comunidades quilombolas, me despertava o interesse de estudar como comunidades tradicionais inseriam-se no contexto de cadeias globais de valor – a do açaí especificamente – e se as políticas públicas de estímulo às cadeias e de proteção dessas comunidades influenciavam nos mecanismos de governança. Esse interesse me aproximou das pesquisas do Dr. Lee Pegler, do *International Institute of Social Science* da *Erasmus University Rotterdam* [EUR], na Holanda, e me levou a participar como integrante do projeto "*Governance of Labour and Logistics for Sustainability – Golls*" e foi o motivo para eu estar, hoje, como professora visitante na EUR.

CMRS: *A terceira pergunta tem foco, mais especificamente, em obras autores e teorias. Quais foram e são as suas principais influências do ponto de vista autores, obras e teoria em relação ao trabalho que você desenvolveu e está desenvolvendo?*

ES: A minha formação, principalmente na graduação, foi muito marcada pela presença do marxismo. Tive muitos professores marxistas e ainda é muito forte na minha produção a presença desses autores, desde os clássicos – o próprio Marx, o Engels – até os que depois vão desdobrar as análises de Marx, dentre eles posso ressaltar: Rosa Luxemburgo; Simone de Beauvoir; Lenin; Nico Poulantzas; Evgeny Pachukanis; Antonio Gramsci; Erick Hobsbawm e os autores da escola de Frankfurt. Ainda do período da graduação, os escritos de Florestan Fernandes, Alfredo Bosi, Décio Saes, Marilena Chauí, Maria Stela Bresciani se constituíram em referenciais importantes. Mais recentemente, Manuel Castells na trilogia em que discutiu a sociedade em rede. Também me influenciaram, as leituras de economistas marxistas que discutiram desenvolvimento socioeconômico: Maria da Conceição Tavares; Paul Singer; Celso Furtado e Emery Kay Hunt. Por força do projeto que estou trabalhando atualmente – Golls –, fui levada a ter como referencial autores da área de Administração e Gerenciamento como Stephanie Barrientos, Jay Barney; Gray Geriffie; Ben Selwin que tratam de cadeias de valor, seu funcionamento, organização e governança. Autores da área de Políticas Públicas que constituíram, para mim, referenciais dessa área e que, embora estejam sim refletindo sobre os clássicos de políticas públicas dos Estados Unidos, trazem leituras mais aplicadas como, por exemplo, Leonardo Secchi; Lindomar Wessler Boneti; Celina Souza; Klaus Fleury. E, ainda, leituras regionais como, por exemplo, o conceito de estado estratégico e periférico cunhado por Jadson Porto, as análises geopolíticas do arco norte de Gutemberg de Vilhena Silva e as análises dos professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos [Naea] – Edna Castro, Durbens Nascimento – fazem parte dos meus referenciais. O Professor Dr. Lee Pegler, que é o meu parceiro de pesquisa na EUR e a pesquisadora Dra. Nathalie Cialdella são, também, referências sobre a discussão da cadeia do açaí, governança e processos de trabalho. Embora me sinta trabalhando com Ciência Política, porque entendo que o objeto de estudo e as minhas lentes conceituais são da Ciência Política, as minhas leituras e os meus autores de referência são, hoje, multidisciplinares.

CMRS: *Ainda pensando em trajetória, a quarta pergunta é a seguinte: você contou com o apoio financeiro e institucional para seguir nas áreas de pesquisa que lhe interessavam? Você pode tratar isso do jeito que você achar melhor.*

ES: Sim. Para conseguir organizar meus estudos, desde a graduação até a minha chegada à universidade como profissional, com condições de vida mais regulares, sempre contei com o apoio institucional. Fui contemplada, também, com financiamento para pesquisa. Na graduação, a partir do terceiro ano, tive bolsa de iniciação científica – que durou até o final do curso – entrei no

mestrado com bolsa da Capes; saí do mestrado e fui para a universidade como professora substituta, mas ao voltar para o doutorado também obtive bolsa, mas do CNPq. Fui para o pós-doutorado sem bolsa, mas, ao retornar, submeti, juntamente com parceiros de pesquisa, projetos que foram aprovados por agências ou organismos de fomento. Ou seja, tive e tenho apoio das agências de fomento e institucional para qualificação e pesquisa. Nesse momento, tenho dois projetos que são financiados: o projeto submetido ao edital Pró-Defesa, em que sou coordenadora associada, e o projeto Golls, financiado por edital Capes/Nuffic, do qual faço parte como integrante. Ressalto, também, o apoio da Capes por meio da aprovação no edital de professor visitante de 2017, para cumprir esse período de seis meses na *Erasmus University Rotterdam*.

CMRS: *Perfeito! Sobre esse primeiro bloco, de trajetória na Ciência Política, você gostaria de acrescentar alguma coisa?*

ES: Sim, no processo de formação na área de Ciência Política foi muito importante a participação, ainda que concentrada, nos eventos organizados pela Unesp de Marília. Era um *campus* pequeno, com poucos professores, mesmo assim, junto ao departamento de Ciência Política, tivemos oportunidade de organizar eventos que foram referências, para mim, no processo de formação. Ter participado, por exemplo, de um curso com Florestan Fernandes foi uma marca. Embora, ainda no início do curso, com algumas dificuldades de compreensão de um pensamento muito complexo, me marcou muito poder ter contato com um autor que tinha transformado o pensamento social e estabelecido um novo estilo de investigação sociológica e, além dele, outros autores internacionais. Quando fizemos o evento da escola de Frankfurt, tivemos a presença de grandes nomes da discussão dessa escola. Esses eventos permitiam aos estudantes a interlocução e a assistir aos debates entre autores de referência da área. Acho que a universidade perdeu um pouco disso hoje em dia.

CMRS: *O segundo bloco é menor e aborda a relação da sua trajetória acadêmica e da vida privada – o projeto também tem esse interesse, pois está tratando exclusivamente dessa trajetória de mulheres. A sua trajetória profissional foi afetada por sua vida privada e vice–versa? Você consegue fazer uma relação disso?*

ES: Acho inevitável que haja essa interseção entre trajetória profissional e a vida privada, não somos sujeitos capazes de nos dividirmos: aqui é o privado e o público fica de fora, ou o contrário. Ao fazer o curso de Ciências Sociais, ao me perceber como o sujeito da história, fazendo história ao construir a minha própria vida, inevitavelmente as interpretações da minha formação profissional, o meu olhar sobre o mundo, o meu posicionamento como aprendiz de intelectual refletiu na minha vida privada. Por exemplo, assumir o feminismo como uma lógica de organização da vida, de não aceitar nenhum tipo de submissão, de ser subjugada por discriminação é claramente marcado pelo meu processo de formação. Venho de família muito humilde na qual as mulheres sempre foram destinadas ao trabalho de casa e na casa – costureira, lavadeira, passadeira... –, processo já bastante conhecido e debatido sobre formação das mulheres. Não aceitar isso, se rebelar e se posicionar contra essa lógica faz parte, também, da minha formação e do entendimento das formas de dominação social. O fato de não aceitar me casar, de não estar voluntariamente casada quando tive minha filha, de romper a ideia de que mulher não pode sair de casa, ir morar sozinha, ser independente, isso tudo traz a marca da minha formação na área de Ciências Sociais e de um posicionamento crítico diante do mundo. E o que, para alguns, pode ser entendido como um processo de emancipação das mulheres já socialmente aceito, na minha família não era. Não era para mim e não era para as demais mulheres da família. Na minha geração familiar, fui a primeira a romper. E essa experiência, às vezes dolorosa, às vezes solitária, teve efeitos sobre outras mulheres

da família. Creio que minha irmã mais nova tenha ido ainda mais longe no enfrentamento dos padrões de dominação social, de não aceitar que direcionassem sua vida por ser mulher. A minha atuação no mercado de trabalho também teve a influência do meu processo de formação na área de Ciências Sociais. Desde que me coloquei no mercado de trabalho como professora de ensino superior, tive convites para assumir cargo de gestão. A primeira vez, atuava em uma faculdade particular, em Ourinhos/SP, e me foi oferecido a vaga de coordenadora acadêmica para organizar os trabalhos do ensino de graduação. O funcionário que havia sido demitido possuía salário muito superior do que aquele que se propunham a me pagar e, óbvio, era discriminação – até porque as competências que eu já reunia, naquele momento, do ponto de vista curricular, eram superiores, embora sem a mesma experiência. Se rebelar contra isso, mesmo correndo o risco de ser demitida, e dizer "nessas condições não aceito, aceito se for as mesmas condições que ele fazia o trabalho anteriormente" e todo um discurso crítico quanto a lógica de mercado discriminatória, provocaram um choque na equipe administrativa da faculdade. Mas, fui contratada e trabalhei como coordenadora por quatro anos nessa faculdade. Nesse trabalho, a equipe era grande e a presença dos homens era maioria. Senti, claramente, o quanto é desafiador ser mulher, liderar uma equipe majoritariamente masculina e fazê-los entender que a tua condição não vai ser masculinizada ou não vai assumir o perfil que eles querem, porque você, mulher, está em uma posição de liderança; é saber deixar claro que a liderança independe do gênero, depende da sua capacidade profissional – embora reconheça que existem características mais presentes quando a gestão é conduzida por mulheres. Não necessariamente a mulher, por estar no lugar de comando, é mais doce e mais suave no trabalho, não é isso. Mas, creio que traços culturais nos fazem assumir mais comumente algumas características como a tendência a cooperação, a liderança horizontal, a capacidade de agir em múltiplas frentes ao mesmo tempo, por exemplo. Na Unifap não foi muito diferente. Quando cheguei, recém-concursada, ao cargo de pró-reitora de graduação, era considerada jovem – tinha 35 anos. Mais uma vez, assumia em substituição a um homem e a equipe era majoritariamente masculina. O complicador era que a marca do machismo era muito forte – a universidade traz os mesmos elementos de discriminação e de machismo que estão presentes na sociedade, até porque ela não está apartada da sociedade, mas traz refletida em si as relações sociais. Ser reconhecida como uma liderança e ser capaz de organizar os processos de graduação dentro da universidade ganhou complexidade muito maior do que já tinha enfrentado na faculdade privada. Era também um momento difícil da própria universidade que procurava caminhos e estratégias para se consolidar. Ter formação em Ciência Política, leituras específicas da organização do poder, das formas como as relações políticas são estruturadas, inclusive com relação ao preconceito e as discriminações, fortalecia a minha prática ou me permitiam ter uma prática contextualizada da forma como estava tentando exercer a liderança. E tenho clareza – talvez até com um pouco de falta de modéstia – que isso me levou a ser reitora da Unifap de 2014 até 2018. Consegui estabelecer uma equipe multidisciplinar, com homens e mulheres exercendo diferentes níveis de liderança, mas em pé de igualdade nas discussões da equipe, sem que existisse entre nós hierarquia fundada em questões de gênero. Aprendemos juntos a estabelecer e a exercer a liderança de maneira horizontal – embora a verticalização de cargos fosse necessária em função da estrutura hierárquica da universidade. Nós conseguimos estabelecer, com muitas dificuldades, muitas rupturas, muitas brigas, um modelo de gestão democrático e que foi eficiente naquele momento. E isso está, sem dúvida nenhuma, relacionado ao meu processo de formação, a leitura e a compreensão do fenômeno político e da distribuição do poder. Na relação em sala de aula, essa influência também está presente, ao entender o aluno não como um sujeito que está ali para ser iluminado –referência a concepção presente no Iluminismo –, pelo contrário, de compreendê-lo como sujeito que vai tanto te ensinar, quanto você conseguir ensiná-lo no processo de construção do conhecimento como um processo compartilhado e colaborativo, não como um processo hierárquico.

CMRS: *Ainda sobre essa relação entre a trajetória acadêmica e a vida privada, gostaríamos de saber se você acha, ou considera, que a relação entre vida privada e trajetória profissional se dá de maneiras diferentes para os homens e para as mulheres. Essa relação da vida do trabalho e da vida privada, como isso acontece? Quais são as diferenças, se elas existem, em sua opinião, para as mulheres e os homens?*

ES: Em minha opinião, elas existem. A sociedade define papéis muito claros para as mulheres e o para os homens. Na medida em que nós, mulheres, vamos rompendo os limites desses papéis, a sociedade tende a exercer coerção social para o restabelecimento dos padrões ou para que os papéis não deixem de ser executados. O homem foi mais preparado socialmente para a vida pública, para a vida política. Se procurarmos as diferenças de participação entre homens e mulheres, por exemplo, como representantes políticos, ela é clara. O Brasil ocupa uma posição abaixo de alguns países onde as mulheres gozam de muito menos direitos que nós conquistamos e, no entanto, elas são melhores representadas na vida pública. Por que isso? Porque existe claramente na sociedade brasileira uma atração e um caminho trilhado pelos homens na vida pública que é muito mais facilitado do que para a mulher. A outra coisa é a dimensão da mulher como mãe. O CNPq foi reconhecer o direito de a mulher ser mãe durante o seu processo de formação somente em 2010. Antes disso, nós sequer tínhamos a licença-maternidade, o respeito ao período de maternidade, e exigia-se da mulher, quando ela tinha acabado de ter um filho, os mesmos níveis de produtividade de um homem que não teve que enfrentar tudo que ela enfrentou ao ser mãe. O que quis dizer ao trazer esses dois exemplos foi apontar que existem diferenças de papéis socialmente construídos e também diferenças entre nossas características como seres da espécie humana. Com relação a estas últimas, nem os órgãos ou as instituições públicas, nem as políticas públicas deram conta ainda de dar respostas a essas diferenças que não nos divide entre inferiores e superiores, mas apenas em diferentes. No próprio contexto das Ciências Sociais, essa é ainda uma questão em debate. Com relação ao papel dos homens para a vida pública, na nossa área, em que as mulheres são maioria, isso também se faz sentir. Quando verificados os dados sobre publicações, os mais citados são os homens; os mais altos cargos ou o ápice da carreira dentro das Ciências Sociais, especificamente dentro da Ciência Política, são dos homens. Esses são dados de pesquisa recente de pesquisadores do Iesp-Uerj [Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro]: Verônica Toste e Márcia Rangel Cândido. Marina Cordeiro, também escreveu um artigo[1] baseado em sua tese de doutorado demonstrando o quanto ainda é presente, no meio científico, a ideia de que a mulher, por ser mãe, ou por ter papel socialmente desenhado para atender as necessidades da família relacionada aos filhos – da organização da vida privada e não da vida pública – ainda sofre o preconceito e tem desvantagens com relação às exigências de produtividade da área.

CMRS: *Mas especificamente na academia, com a formação de rede, publicações... Como você vê essa diferença entre as oportunidades oferecidas aos homens e as mulheres?*

ES: Por exemplo, as oportunidades de publicações. Percebo que os homens tendem a buscar outros homens como coautores; nós, mulheres, não. Nós, mulheres, não fazemos, necessariamente, esta distinção. A formação das redes dentro da academia se dá por relações de proximidades de pesquisas, mas existem, em minha opinião, redes de pesquisas mais fortalecidas entre os homens, uma vez que escrevem em coautoria mais regularmente e constituem vínculos mais profundos na construção de trabalho científico. Por exemplo, a minha inserção no atual projeto internacional foi, e em uma fala um pouco infeliz de um dos parceiros, pela absoluta ausência de outras pessoas que pudessem participar. Não necessariamente o critério de ser mulher ou ser homem, mas porque não

[1] *O tempo desigualmente distribuído*: gênero e carreira acadêmica entre cientistas sociais. Paper apresentado na ABET, 2015.

havia outros. Provavelmente, se tivesse que disputar esse mesmo espaço de pesquisa com um homem, creio que ele teria mais chances, considerando que todos os outros parceiros que são responsáveis locais são homens. Percebo que existe discriminação e que isso também acontece na avaliação de artigos ou *papers* quando a avaliação não é "cega". Infelizmente, já tive a experiência de avaliação de *papers* por pareceristas que utilizaram critérios diferentes quando os autores eram homens – trago essa informação da minha vivência como editora de um periódico da área de humanidades. É preciso, inclusive, quebrar essa lógica no processo de formação dos nossos próprios estudantes. Pois, na medida em que referenciais que trabalhamos em sala de aula são quase todos masculinos estamos construindo e preparando esses estudantes para alimentarem a ideia de que os homens são as principais e mais importantes referências dentro das Ciências Sociais. Isso já não é fato. No entanto, não são equilibrados os referenciais trabalhados em sala de aula, cerca de 75% são masculinos, como apontou Jef Colgan em estudo sobre os referenciais de Relações Internacionais[2].

CMRS: *Vamos para o terceiro bloco das perguntas. Ele é sobre a condição da mulher na Ciência Política e as avaliações sobre esse campo disciplinar no Brasil. Como você avalia os caminhos da academia e mais especificamente do campo da Ciência Política no Brasil nas últimas décadas? Quais foram e são as suas principais virtudes e o que você pode apontar como limite no campo da Ciência Política como um todo no Brasil?*

ES: Me parece que com um pouco mais de seis décadas e do ponto de vista da institucionalidade – institutos de pesquisa, cursos de graduação, e principalmente, pós-graduação – o campo disciplinar da Ciência Política se consolidou no Brasil. Isso não significa que não tenhamos lacunas teórico-metodológicas e vou destacar uma que sinto necessidade de superação – o que é, também, uma crítica ao meu próprio trabalho. Vou pegar uma reflexão que não é minha, é do Décio Saes no livro "A formação do Estado Burguês no Brasil – 1888-1891". Décio aponta que grande parte da leitura marxista até aquele momento sobre construção do estado no Brasil tinha como referência as concepções do processo histórico-político de formação do estado na Europa – me parece que a Ciência Política, no Brasil, ainda está marcada por isso, ao menos em algumas de suas subáreas. Na discussão sobre políticas públicas, quase todo referencial é norte-americano. Contudo, as políticas são construídas em diversos contextos, frequentemente copiadas e adaptadas de outras realidades, em um processo que envolve confrontos de valores e interesses culturais; portanto, é necessário que sejam considerados os contextos históricos, sociais, econômicos e regionais nos quais elas foram formuladas, adaptadas e implementadas. Nós carecemos, ainda, de formular referenciais de políticas públicas que deem conta da diversidade desse fenômeno no contexto da realidade brasileira. Quando citei dois autores, que são, para mim, influências da discussão da Política Pública – tanto o Leonardo Secchi, quanto o Lindomar Boneti – é porque eles trazem ou buscam trazer essa especificidade. Nós ainda temos que nos aprofundar na construção destes referenciais, dos conceitos e até de aspectos metodológicos da Ciência Política, trazendo elementos importantes da formação histórico-política da nossa própria realidade e que nos permita compreender suas especificidades. Sinto falta de ter uma discussão mais aprofundada no âmbito da Ciência Política, por exemplo, da distribuição de poder dentro dos esquemas de governança das políticas públicas, que é algo que a Antropologia consegue fazer, mas ainda temos dificuldades metodológicas em produzir.

[2] COLGAN, Jeff. *New Evidence on Gender Bias in IR Syllabi*. 2015. Disponível em: http://duckofminerva.com/2015/08/new-evidence-on-gender-bias-in-ir-syllabi.html.

CMRS: *Como a sua trajetória individual como professora e pesquisadora se situou nesse quadro mais geral de desenvolvimento da disciplina? Em termos gerais, como você se coloca nesse cenário todo?*

ES: A minha principal participação como pesquisadora é na reflexão sobre as políticas públicas, especificamente as voltadas para fronteira internacional da Amazônia setentrional; a busca por compreender as políticas públicas a partir de contributos teóricos da Ciência Política, mas também da Economia, da Sociologia, da História, considerando os aspectos pluridisciplinares que permitam abordar a complexidade do fenômeno, desenvolvendo interpretações de médio alcance, mapas e aprofundando conceitos para a análise do funcionamento da ação pública, suas continuidades e rupturas, bem como identificar a multiplicidade de fatores, forças e agentes que formam os processos reais das políticas públicas. Essa foi minha contribuição até esse momento. Estou, agora, tentando promover a discussão da Ciência Política sobre a distribuição e transferência de poder em processos de tomada de decisão na governança da cadeia produtiva de valor global [CGV] do açaí; analisar a governança da cadeia sob a perspectiva da distribuição de poder e ganhos ao longo de seu funcionamento e estrutura; e estudar como as comunidades tradicionais – quilombolas – estão organizando sua participação, não apenas como agentes passivos do processo, mas encontrando formas de resistências e meios alternativos de participação, procurando, ainda, entender em que medida políticas públicas de proteção às comunidades e de incentivo a CGV impactam na governança. Como docente da área, creio que minha contribuição foi em ampliar a presença da disciplina e amadurecer linhas de pesquisa de Ciência Política no âmbito da Unifap, além de iniciar jovens estudantes e mestrandos nas leituras clássicas e metodologias da área.

CMRS: *A terceira pergunta desse último bloco é: como você avalia a sua condição de mulher na academia e, especificamente, como você avalia a sua condição de mulher na Ciência Política?*

ES: Na academia, entendo que nós ainda temos um espaço privilegiado, o que não significa que não tenhamos discriminação. Como eu mesma disse, a universidade faz parte da estrutura social e como tal tem, dentro dela, todas as formas de preconceito e discriminação; mas temos a possibilidade do diálogo, da construção de um espaço de democracia, de nos colocarmos efetivamente como mulheres na ciência e de defender nosso posicionamento. Isso é um diferencial em relação a outros espaços de trabalho. Estar na academia nos permite, também, trabalhar para empoderar outras mulheres e isso, em minha opinião, faz com que o nosso trabalho seja muito interessante, muito prazeroso. Vejo em outras áreas, porque trabalhei em outros ambientes e pelos dados sobre a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, o preconceito cotidiano sem a possibilidade, pelo menos, do diálogo. Isso torna a realidade ainda mais opressora. A minha leitura como mulher que participa de uma ciência fortemente marcada pela presença feminina na base, mas não no topo – lembrar que mais de 50% das bolsas de produtividade da área no CNPq vem sendo concedias a homens[3] – é de que nós temos um longo caminho a trilhar na busca pela igualdade. Temos que defender e deixar claro que a competência das mulheres na produção da Ciência Política é equivalente à competência dos homens e não nos silenciar sobre a discriminação e fazer presente as nossas discussões e pesquisas nos espaços científicos. Não devemos aceitar como "normal" que tenhamos temas, por exemplo, discutidos preponderantemente por homens; que nós tenhamos – e isso me indigna muito – mesas de discussões organizadas em eventos científicos sem uma única presença feminina, como se nós não tivéssemos, dentro da Ciência Política, mulheres discutindo todo tipo de assunto. Precisamos entender que a voz feminina da Ciência Política tem que se fazer ouvir e que isso só vai, de fato, acontecer se nós, cientistas políticas brasileiras, nos

[3] GUEDES, Moema de Castro; AZEVEDO, Nara, FERREIRA, Luiz Otávio. A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq. *In*: **Cadernos Pagu**, no. 45, 2015.

dispusermos a esse propósito. Não é possível mais que a mulher seja colocada em segundo plano ou que aceitemos que temas sejam discutidos somente por homens e nos sentemos na plateia apenas para ouvi-los. Creio que isso faz parte de um posicionamento político como cientistas e como mulheres.

CMRS: *Como você avalia e percebe a importância que vem adquirindo essas demandas relacionadas a gênero tanto no mundo do trabalho, quanto na universidade pensando em cotas, em toda a rede de denúncias de assédio que vem sendo criada nas instituições, nos eventos das Ciências Sociais e da Ciência Política? Como você avalia e percebe essa estrutura e essas demandas que as mulheres têm levado tanto para o mundo do trabalho em geral, quanto para a academia especificamente?*

ES: Entendo que as demandas tenham ganhado fôlego, até porque tivemos um processo de ampliação da representação dos movimentos sociais nos espaços públicos/políticos institucionais nos últimos 20 anos. A luta em defesa dos direitos das mulheres, a igualdade de gênero e o combate à violência contra as mulheres entraram na pauta política, embora nem sempre como prioridade. A presidência da república ser ocupada por uma mulher, o que levou a representação feminina ao mais alto posto do executivo nacional, fez com que as mulheres também se vissem refletidas como lideranças políticas importantes. Mas, no momento em que o Brasil se volta para um governo de direita, claramente discriminatório, me preocupa muito e acho que se nós tivemos avanços, eles, ainda, não se consolidaram, e as possibilidades de retrocessos batem a nossa porta. Como ressaltei anteriormente, no topo das carreiras científicas estão em número muito mais significativo os homens do que as mulheres. Ainda temos discriminação da mulher no mercado de trabalho, inclusive nas universidades privadas, e somos minoria em cargos de comando. Dentro da universidade, como já enfatizei, há espaço para o diálogo, isso faz diferença, mas temos que ter clareza que ainda precisamos avançar, pois a grande maioria das lideranças das universidades são homens. Dentro da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino – a Andifes, que congrega os reitores das universidades federais – a representação masculina é maioria. Se nós tivemos – e entendo que tivemos – um alargamento do debate sobre a igualdade de gênero com a inclusão de camadas sociais mais subalternizadas nas conquistas de diretos para as mulheres, nós também temos e, temo que, teremos, no futuro, lutas árduas a travar para que não haja retrocessos ou novas formas de camuflar a discriminação. Lembrando que esse processo não parece ser evidente para todas nós, mulheres. Quando discutimos sobre a igualdade de gênero e olhamos para dentro dos nossos próprios currículos nas Ciências Sociais, vemos que a maioria das nossas referências são homens. Começamos a perguntar: e nós, mulheres, como estamos organizando os nossos currículos? Cadê as nossas autoras? Será que nós não estamos pensando sobre as Ciências Sociais? Nós somos a maioria na área, será que nós não temos produção relevante? Avalio que houve sim um espraiamento de direitos e uma abertura para o diálogo, mas não acho que estejamos em uma situação confortável.

CMRS: *E como você vê políticas específicas como cotas, por exemplo?*

ES: Acho que as cotas são importantes, mas desconheço cotas para as mulheres. Tenho clareza da importância das cotas étnicas e cotas raciais na luta pela reparação e justiça social, mas desconheço a presença de cotas para as mulheres, exceto no universo político, no qual os partidos são obrigados a terem quantitativo de cotas para a representação política feminina – e não me parece que tenha surtido o efeito, haja vista o número pequeno de mulheres eleitas para os executivos tanto municipais, quanto estaduais, ou a ocupação da câmara dos deputados e do senado. Me parece que a presença das mulheres dentro dos partidos somando apenas 40% – ou seja, na arregimentação da base do partido, 40% apenas são mulheres e por força das cotas – não é razoável se nós já somos a

maioria da população. Existe aí um problema de base, de formação política, de cidadania política que ainda precisa ser debatido e fortalecido. As cotas de inclusão social são instrumentos importantes na busca de uma sociedade menos desigual, mas a cota existe como instrumento de luta política importante das minorias, só que nós, mulheres, não somos minoria, nós somos, no Brasil, a maioria da população.

CMRS: *E em relação às redes de denúncias de assédio que havia acontecido nas universidades e em outros espaços?*

ES: Confesso que não tenho leitura sobre isso. O que vou falar é um pouco sobre a minha experiência como reitora, sobre os processos de denúncia quando estava na condição de dirigente da Unifap. Os movimentos sociais na luta pela garantia dos direitos das mulheres fizeram emergir a discussão sobre o assédio, principalmente o sexual, e despertou nas participantes a necessidade de estabelecer mecanismos de combate. Desde o enfrentamento ao assédio mais naturalizado socialmente como "assobiar, mexer" até as formas mais violentas do assédio sexual. Chamavam a atenção e problematizavam práticas usuais e aspectos da nossa cultura que submetiam a mulher a um tratamento como objeto sexual ou como cidadã de segunda classe. Presente nas universidades, esses movimentos usaram a estratégia da denúncia como forma de revelar o assédio nesse espaço. Na Unifap, a estratégia foi executada pelo movimento "Marcha das Vadias". As mulheres do movimento – alunas, professoras e demais participantes – colocaram caixinhas de denúncias para que as mulheres se sentissem à vontade, sem se identificar, de falar sobre o assédio que elas sofriam. A ideia do movimento não era identificar quem estava sofrendo esse assédio ou quem era o assediador, mas de colocar na ordem do dia da universidade a discussão e promover o debate. O resultado foi muito impressionante. Quando as caixinhas foram abertas, vieram denúncias graves – algumas não puderam ser investigadas pela falta formal do denunciante e imprecisão do fato narrado – outras revelavam que no dia a dia da academia, a prática do assédio era corriqueira.

CMRS: *Você gostaria de acrescentar alguma coisa sobre demandas em relação a gênero, na sociedade em geral, ou na universidade? Há outras demandas que consiga lembrar e que gostaria de acrescentar a essas já levantadas?*

ES: Nós temos muitas demandas do ponto de vista do enfrentamento das desigualdades de gênero, mas entendo que a universidade precise fazer um enfrentamento de caráter prático e objetivo que pode fazer a diferença na vida, principalmente, das alunas e também das professoras. O fato de a mulher ser mãe precisa ser respeitado como diferença, garantindo igualdade de condições para suas atividades. Ecoa dos movimentos de luta a frase: "Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza". Daí a necessidade cada vez maior que as universidades têm de reconhecer isso, inclusive em suas estruturas físicas. Muitas universidades públicas, geralmente as menores, por exemplo, a Unifap, não têm creches nas quais as alunas e as professoras possam deixar seus filhos e ter tranquilidade para o trabalho e estudo. Você pode dizer: "Você foi reitora, por que não deu respostas a isso?". A universidade tem tantas demandas emergenciais, é difícil dar respostas a todos. Mas, sem dúvida, essa é uma questão que nós, mulheres, precisamos colocar na nossa pauta de demandas. A opção por ser mãe não pode transformar a vida ainda mais difícil do que ela precisa ser no enfrentamento das necessidades cotidianas de trabalho.

CMRS: *Para finalizar, a última pergunta desse bloco é se você já enfrentou situações difíceis por ser mulher no exercício da sua profissão.*

ES: Já. Muitas, muitas...

CMRS: *Se você quiser aprofundar um pouco, exemplificar... Mas se não quiser detalhar não tem problema.*

ES: Vou dar um exemplo que me marcou muito – até pela minha formação e pelo fato de ser gestora de uma universidade. Assumi a gestão em final de 2014 e em 2015 tivemos um ano muito difícil, com cortes expressivos no orçamento. Em 2016, a situação orçamentária se deteriorou ainda mais e isso repercutia internamente de maneira bastante drástica. Tínhamos problemas graves e os estudantes resolveram organizar uma ocupação da reitoria. Havia, dentre os estudantes, um grupo – todos homens – que resolveram invadir o gabinete da reitoria. Quando os estudantes anunciaram que iam ocupar a reitoria, negociamos que ficaria de fora o espaço do gabinete, no qual se concentravam grande parte dos documentos institucionais. A representação do movimento dos ocupantes concordou, mas esse grupo de rapazes não. Em determinado momento, quando eu já havia chegado ao trabalho, eles arrombaram a porta da frente do gabinete e queriam entrar à força. Fui lá para dizer que não era isso que havíamos negociado, que ali era um espaço que, inclusive, oferecia perigo pela presença das caixas de distribuição elétrica de todo o prédio. Eles disseram que não iam respeitar a decisão vinda de uma mulher – tanto por eu ser mulher e estava na condição de reitora dizendo que ali não podia, quanto pelo fato da negociação ter sido feita sob a liderança de outra mulher, que era a representante dos alunos do movimento. O enfrentamento com eles foi, claramente, um enfrentamento a discriminação e ao preconceito de gênero. Desconstruir o argumento deles demonstrando que a negociação não era a "decisão de uma mulher", mas sim a construção de um acordo em um espaço democrático e entre membros da comunidade acadêmica que se reconheciam mutuamente como legítimos para tal e confortar o machismo presente na afirmação e na ação do grupo foi um processo doloroso. Esse enfrentamento durou todo o processo de ocupação. Nesse grupo de rapazes, havia estudantes de vários cursos.

CMRS: *Para finalizarmos mesmo, em todos os âmbitos que passamos, tanto da sua trajetória na Ciência Política, quanto da relação da vida privada e da trajetória acadêmica, quanto a sua avaliação sobre a Ciência Política como um todo, você gostaria de acrescentar alguma coisa?*

ES: Não, acho que foi bastante longo, foi bastante claro. Espero que seja o suficiente.

CMRS: *Acredito que sim. Obrigada!*

ES: Obrigada por sua paciência e obrigada por ter organizado isso comigo.